

# EPISTEMOLOGIAS E ENSINO DA HISTÓRIA

**Coord.**

Cláudia Pinto Ribeiro

Helena Vieira

Isabel Barca

Luís Alberto Marques Alves

Maria Helena Pinto

Marília Gago

# FICHA TÉCNICA

## TÍTULO

Epistemologias e Ensino da História  
(XVI Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)

## COORDENAÇÃO

Cláudia Pinto Ribeiro  
Helena Vieira  
Isabel Barca  
Luís Alberto Marques Alves  
Maria Helena Pinto  
Marília Gago

## EDIÇÃO: CITCEM

Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

## ISBN

978-989-8351-74-6

Porto, 2017

*Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.*



## **A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NOS ANOS INICIAIS DE UMA ESCOLA PÚBLICA: LIMITES E POSSIBILIDADES**

CRISTINA SUELI DOS SANTOS  
DENILSON SANTOS DE AZEVEDO

*Universidade Federal de Viçosa*

**RESUMO:** O presente trabalho é resultado de uma investigação sobre o tema da educação patrimonial, enquanto eixo de conhecimentos transversais e seus diálogos com o ensino de história, mais especificamente na perspectiva da educação histórica, com o objetivo de compreender as práticas escolares da educação patrimonial e sua relação com as categorias históricas de tempos passados e presentes e de espaços, em sua dimensão local, regional, nacional e global, por meio do acompanhamento de atividades realizadas, durante o ano de 2015, com os gestores, professores, responsáveis e estudantes das turmas do 3.º ano do ensino fundamental de uma escola pública da rede municipal de Viçosa, estado de Minas Gerais, Brasil. Neste sentido, se analisou os materiais utilizados, as táticas e as estratégias empregadas pelos professores do 3.º ano do ensino fundamental, os desafios, limites e possibilidades para o trabalho com educação patrimonial no contexto escolar e sua relação com a vida social, utilizando como perspectiva de análise o estudo de caso, na qual foram realizadas entrevistas, observação na escola, nos eventos culturais, em sala de aula e em espaços extraescolares, com o uso de fontes e referências diversas, primárias e secundárias.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Educação Patrimonial, Ensino de História, Ensino Fundamental.*

O presente trabalho é resultado de uma investigação sobre o tema da educação patrimonial, enquanto eixo de conhecimentos transversais e seus diálogos com o ensino de história, mais especificamente na perspectiva da educação histórica, com o objetivo de compreender as práticas escolares da educação patrimonial e sua relação com as categorias históricas de tempos passados e presentes e de espaços, em sua dimensão local, regional, nacional e global, por meio do acompanhamento de atividades realizadas, durante o ano de 2015, com os gestores, professores, responsáveis e estudantes das turmas do 3.º ano do ensino fundamental de uma escola pública da rede municipal de Viçosa, estado de Minas Gerais, Brasil.

O interesse por esta temática surgiu em decorrência da necessidade de analisar de que maneira os professores dos anos iniciais têm sido mediadores dos saberes sobre a educação patrimonial, que pode envolver diversas áreas do conhecimento e diferentes sujeitos, em ações voltadas para o ensino e a aprendizagem com o intuito de compreender e transformar a realidade e partilhar a cultura que, por sua vez, pode contribuir para superar preconceitos e promover a convivência com as diferenças e pelo direito de registro cultural de maneira mais democrática. Essa pesquisa visa verificar se a educação patrimonial pode favorecer ao entendimento e à identificação dos valores culturais que circulam socialmente entre os habitantes do município.

Neste sentido, se analisou os materiais utilizados, as táticas e as estratégias empregadas pelos professores do 3.º ano do ensino fundamental, os desafios, limites e possibilidades para o trabalho com educação patrimonial no contexto escolar e sua relação com a vida social, utilizando como perspectiva de análise o estudo de caso, na qual foram realizadas entrevistas, observação na escola, nos eventos culturais, em sala de aula e em espaços extraescolares, com o uso de fontes e referências diversas, primárias e secundárias.

Segundo Hartley (1994)<sup>151</sup>, o estudo de caso consiste em uma investigação detalhada de uma ou mais organizações, ou grupos dentro de uma organização, com vistas a prover uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno em estudo. O fenômeno não está isolado de seu contexto, já que o interesse do pesquisador é justamente essa relação entre o fenômeno e seu contexto. A abordagem do estudo de caso não é um método propriamente dito, mas uma estratégia de pesquisa.

---

<sup>151</sup> Apud MORESI, Eduardo (org). *Metodologia da Pesquisa*. Brasília. Distrito Federal: Universidade Católica de Brasília. 2013, p. 102.

No caso em estudo, essa estratégia foi iniciada com a escolha da *Escola Municipal Ministro Edmundo Lins*<sup>152</sup> (EMMEL), em Viçosa e teve o propósito de investigar como os conteúdos relacionados à educação patrimonial foram sendo trabalhados, identificando as estratégias e os recursos utilizados para abordar esta temática, como meio do aluno construir conhecimentos históricos no âmbito temporal e espacial e se perceber como sujeito integrante da cultura referenciada e produzida socialmente.

A escolha dessa Escola para ser investigada foi devido aos seguintes fatos: seu prédio ser tombado pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Patrimônio de Viçosa<sup>153</sup>; apresenta uma proposta pedagógica com temas transversais; e desenvolve projetos relativos aos temas cultura e patrimônio com instituições de ensino ou de cultura oriundas das instâncias federal, estadual e municipal; por ser onde atua a pesquisadora, ocupando diferentes funções no serviço público municipal<sup>154</sup> o que assinala o lugar privilegiado de observação e intervenção que um dos investigadores teve para realizar e mediar as atividades relacionadas com a educação patrimonial em seu caráter de educação histórica e cultural.

A pesquisa teve como objeto de investigação as práticas escolares dos professores e alunos, procurando compreender as ações que configuram o dia a dia das experiências no que tange à temática da educação patrimonial e do conhecimento na educação básica, sobretudo mediante a emprego dos temas transversais de Ética, Pluralidade Cultural e Meio Ambiente propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)<sup>155</sup> que contribuem para organizar um projeto de educação patrimonial, voltado para questões da história local, que é a ênfase do 3.º ano do ensino fundamental.

Desse modo, a opção pelas turmas de estudantes que cursam o 3.º ano do ensino fundamental ocorreu por ser uma etapa curricular em que se iniciam os estudos sobre a história, a geografia e as ciências e ser uma fase em que o educando está bastante receptivo em termos

---

<sup>152</sup> Nome atual do estabelecimento de ensino criado em 11 de abril de 1945, pelo Decreto nº 2.128, que iniciou suas atividades, em 17 de fevereiro de 1955, com o funcionamento do Grupo Escolar Ministro Edmundo Lins, instituição estadual que foi municipalizada em 1998.

<sup>153</sup> De acordo com o documento intitulado “Dossiê de Tombamento”, que se encontra nos arquivos da EMMEL, o terreno onde se encontra atualmente a escola, situado na Avenida Santa Rita, nº 337, segundo o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Viçosa, foi adquirido pela Prefeitura Municipal de Viçosa, em 2 de fevereiro de 1933, onde foi construída a atual edificação para servir de cadeia pública ao município. A então Escola Estadual Ministro Edmundo Lins começa a funcionar neste prédio em 1985.

<sup>154</sup> Tais como a de supervisora pedagógica municipal em Educação Infantil e Ensino Fundamental, ocupando o cargo de chefe do Departamento Municipal de Ensino Fundamental I e II, entre janeiro de 2012 e fevereiro de 2014 e atuando como secretária do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio cultural e Ambiental de Viçosa, desde 2013.

<sup>155</sup> Os PCNs foram aprovados em 1997, pela Secretaria de Educação Fundamental, órgão do Ministério da Educação e Cultura, com o propósito de propor uma diretriz curricular nacional na educação fundamental e média.

cognitivos, de formação de valores, possuindo maior potencial para adquirir e transmitir noções de valor e de consciência da preservação de patrimônios culturais que são representativos de sujeitos coletivos que manifestam e repercutem sua identidade e memória na comunidade escolar.

Cabe ressaltar que, atualmente, na matriz curricular do 3.º ano do ensino fundamental, além das áreas convencionais de língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, educação física, arte e ensino religioso, devem ser enfatizados os temas transversais de forma que, implícita ou explicitamente, o que se tem vivido na comunidade pelas famílias, alunos e educadores sejam contemplados e articulados com as questões sociais e de formação para a cidadania.

Levando-se em conta que essa questão é sugerida nos PCNs que aponta como um dos objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de

*conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou de outras características individuais e sociais. (PCNs, 1998: 7).*

Neste sentido, a educação patrimonial, como tema transversal, pode contribuir para a realização de outro objetivo presente nos PCNs (1998: 8) que é o de “saber utilizar as diferentes fontes de informação pelos alunos para adquirir e construir conhecimentos.” A educação patrimonial aparece contemplada nos anos iniciais quando se trabalham diferentes histórias pertencentes ao local em que o aluno convive, dimensionadas em diferentes tempos, por meio de pesquisas escolares, visitas aos museus, participação em datas comemorativas, fotografias, mapas, filmes, depoimentos e objetos de uso cotidiano, que são importantes meios para a reflexão da memória e da identidade.

Estes elementos parecem oportunizar a percepção do outro e de nós mesmos, na busca da identificação daquilo que nos é comum aos grupos locais, na população nacional e nos grupos e povos próximos ou distantes no tempo e no espaço, categorias conceituais potenciais para uma educação histórica.

O planejamento e acompanhamento das diferentes atividades desenvolvidas com os estudantes intentaram promover maior interação deles com o ambiente cultural e social que os circunda, por meio do encontro com outros sujeitos da comunidade escolar e do contato com os monumentos e outros objetos de épocas diversas, cuja presença ou manifestação podem ser identificadas como representativas do patrimônio cultural e histórico e da memória dessa população que vive próxima ou na área central do município de Viçosa, neste presente momento.

O registro sistematizado desses encontros e de algumas ocorrências observadas, verificadas durante as atividades e eventos promovidos pela EMMEL oportunizaram a produção de um guia para orientar o trabalho do professor, intitulado *A Educação Patrimonial e os Eixos Temáticos do Currículo Básico Comum do Ensino Fundamental*, que foi utilizado como Programa de Formação Continuada para Professores e Supervisores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental realizado, entre maio e julho 2015, que atendeu a 25 profissionais dos anos iniciais da educação do município e que contou com o apoio da Secretaria Municipal de Patrimônio e Cultura e Secretaria Municipal de Educação, ambas de Viçosa, Minas Gerais, e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania (PPGH) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Neste sentido, o PPGH/UFV tem como uma das suas exigências, uma contribuição mais efetiva, de resultado concreto, com a confecção de um produto palpável da sua investigação, com vistas a atender ao objetivo geral do curso, que é

*formar profissionais capacitados para atuar como agentes ativos nos processos de preservação, conservação e difusão do patrimônio cultural e natural brasileiros, sobretudo no que se refere às iniciativas no campo da educação patrimonial e da educação ambiental, de inventariamento, tombamento e outras formas de proteção e divulgação que contribuam para a promoção da cidadania e o fortalecimento da identidade sociocultural das comunidades, em especial aquelas situadas na Zona da Mata de Minas Gerais.*<sup>156</sup>

No caso desta pesquisa, o produto dessa ação ativa foi a elaboração do guia *A Educação Patrimonial e os Eixos Temáticos do Currículo Básico Comum do Ensino Fundamental*, que foi resultado de uma coletânea de textos organizada pela própria investigadora, que trata da Educação Patrimonial nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, composta de artigos como: *Assim se forma a identidade*, de Paola Gentile, extraído da *Revista Nova Escola*, de fevereiro de 2014; *Trabalhando com o patrimônio cultural*, de Marcos Silva e Amélia Porto, transcrito do livro *Nas trilhas do ensino da História* (pp. 74 – 83). Também foi abordada a história local do município de Viçosa, de um artigo extraído da *Revista Retrato Social de Viçosa*, publicada no ano de 2014, escrito por Maria do Carmo Paniago (páginas 16 a 18), e fragmentos do texto *o passado compassado de Viçosa*, escrito em 2007, por José Mário Rangel. O objetivo principal do Guia foi a reflexão acerca das temáticas que serviram como norteadoras para a definição de uma educação patrimonial tendo como base o perfil da escola analisada e que serviu como referência para a aplicação nas outras escolas da rede municipal de ensino

---

<sup>156</sup> UFV. Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Viçosa: UFV, 2016. Disponível em: <<http://www.poshistoria.ufv.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

fundamental, a abordagem sobre a história local e das escolas e os bairros, distritos que a circundam, a ser implementada pelos professores destas instituições que cursaram o Programa de Formação Continuada mencionado anteriormente, para realizar as devidas adequações, caso estas sejam necessárias.

## **PATRIMÔNIO CULTURAL, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E IDENTIDADE**

A continuidade do relato da investigação requer o trabalho prévio de apresentar alguns conceitos como patrimônio cultural, educação patrimonial, identidade e memória, pois se articulam e dialogam com as práticas pedagógicas desenvolvidas. Em termos semânticos, a palavra patrimônio é composta dos vocábulos *pater* e *nomos*. Etimologicamente *pater* significa o chefe da família, e em um sentido mais amplo, os nossos antepassados. Vincula-se aos bens, aos haveres ou às heranças por eles deixados e que podem ser de ordem material e imaterial. *Nomos* significa, em grego, lei, usos e costumes relacionados à origem tanto de uma família quanto de uma cidade. Já a definição de cultura pode ser dada com base em toda uma complexidade que envolve o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo ser humano em contato com o outro e vivendo em sociedade.

Ainda sobre essas definições, o artigo 216, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, caracteriza a constituição do patrimônio cultural brasileiro como sendo todos

*os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, que incluem as formas de expressão, os modos de criar (ciência, artes e tecnologias), fazer e viver, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988: 97).*

Desse modo, verificamos que o artigo 216, que define os bens de natureza material e os bens de natureza imaterial, como constitutivos do patrimônio cultural brasileiro se complementam e contribuem para a preservação da memória e de elementos identitários de um determinado grupo ou comunidade. Como exemplo dessa complementariedade e da permanência de uma memória, de uma tradição existente no município de Viçosa, temos a Casa Arthur Bernardes, que observada externamente é apenas um belo exemplar arquitetônico de pedra e cal; entretanto, em seu interior abriga uma série de objetos culturais que compõe a história e memória, daquele que é considerado por um grupo social, como o personagem mais ilustre da cidade.



De outro lado, Canclini (1994) afirma que a definição de patrimônio deve ser ressignificada por estar permeada por diversos contextos em que se inserem o patrimônio histórico e a identidade nacional, que estão marcados pelos processos de urbanização, de industrialização e de massificação da cultura e pelas migrações que influenciam diretamente a cultura nacional. Nesta perspectiva, a redefinição do conceito de patrimônio é influenciada também pelos meios de comunicação de massa, como televisão, rádio e as redes sociais que se transformam em recursos estratégicos para o registro e a divulgação cultural de uma comunidade e registro de seu patrimônio, com possibilidades de incorporação dos produtos de cultura popular, que vão ganhando visibilidade e tradição.

Nesta perspectiva de definição mais abrangente, mais inclusiva, Castriota (2009: 51) afirma que

*o patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. O patrimônio cristaliza em suas manifestações as especialidades de uma cultura: a maneira de um povo trabalhar, construir, festejar, enfim sua maneira de viver. Deste modo, o patrimônio cultural de um povo é o maior depositário de sua identidade, daqueles elementos diferenciais que o caracterizam.*

Por outro lado, essa outra conceituação de patrimônio cultural de Castriota contribui para ampliar a visão, a concepção no campo do patrimônio, porque tem como ponto de partida despertar o interesse e a necessidade do indivíduo de identificar-se como membro da comunidade, abrindo possibilidades de escolhas que são significativas para o aprimoramento de sua formação identitária. São, dessa maneira, por excelência, as manifestações de natureza imaterial que constituem importantes referências culturais que se relacionam à identidade, pelas formas de expressão e os modos de fazer, criar e viver, que levam em conta o cotidiano das comunidades.

Neste sentido, o início das discussões acerca da ampliação do conceito de patrimônio no Brasil começa a ocorrer no final da década de 1970 e foram bem difundidas pelos movimentos sociais populares de trabalhadores, homossexuais, negros, mulheres, índios e outros grupos organizados, cujas representações, gradativamente, pressionaram e conquistaram a criação de dispositivos legais e políticas públicas voltadas para a identificação, o reconhecimento e a valorização da pluralidade sociocultural brasileira, que passou a garantir o direito ao registro e à preservação de várias memórias.

Os bens de natureza diversa, multicultural se ampliaram bastante ao final da década de 1990, com a promulgação do Decreto nº 3.551, de 2000, que instituiu o registro de bens culturais de caráter imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro por meio do *Livro de Registro dos Saberes*, “onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no

cotidiano das comunidades” (§1.º), por meio dos livros de registro de celebrações, das formas de expressão e dos lugares, na qual a inscrição “terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.” (§2.º).

Nesta acepção propugnada pelo Decreto nº 3.551, o patrimônio tem um caráter eminentemente histórico, pois os seres humanos estabelecem relações com os bens que reconhecem e valorizam constantemente, e modificam essas relações de acordo com seus interesses sociais e políticos. O patrimônio acompanha as mudanças na vida social e política, embora muitos acreditem que a preservação do patrimônio edificado passa principalmente pela permanência material do bem protegido; na realidade, essa permanência está relacionada à vida que habita os espaços, ao reconhecimento e à identificação dos bens de natureza material ou imaterial que remetem à tradição, aos valores de determinados grupos. O patrimônio só se constitui como tal quando faz parte das referências simbólicas e afetivas de uma dada comunidade ou grupo social.

Já a multiplicação do patrimônio, segundo Hartog (2006), é reflexo do sentimento de ruptura entre o passado e o presente, tendo em vista o sentimento vivo da aceleração da história, do presente contínuo acabou produzindo símbolos que são formas de se referir e de agir sobre o passado. Os símbolos realizam sua significação e sua existência em lugares públicos e são materializados por templos, museus, bibliotecas, teatros, cinemas, campos esportivos, praças e jardins, lugares santos como montanhas, rios, lagos, cidades, enfim, locais onde a sociedade possa comunicar-se, celebrando algo comum e que conserva o sentimento de comunhão e de unidade, em contraposição ao mundo virtual representado pela era digital e o seu pressuposto do instantâneo, do imediato e do fugaz, que vem sendo ressignificado e conquistando corações e mentes nas novas gerações.

A construção de uma rede de significação em torno do patrimônio de qualquer natureza embora seja uma tendência na sociedade contemporânea não garante por si só a contínua presença, ou seja, a sua preservação e permanência, tendo em vista que não é pertinente tomar, revitalizar e registrar determinado patrimônio sem que haja nele vida pulsante, tendo em vista que o que de fato mantém o patrimônio cultural vivo é a sua ressignificação cotidiana e coletiva, no meio em que se manifesta, apresenta.

O patrimônio vivo são todas as expressões culturais exercidas ao longo do tempo e de formas diferentes, de tal maneira que não são somente objetos culturais preservados em museus

ou o patrimônio edificado em pedra e cal. O valor que a sociedade, a escola estabelece a determinado bem faz dele vivo, capaz de aclarar de forma peculiar o passado daquele lugar que estava a se apagar com as marcas do tempo.

Tal aclaramento pode estar relacionado com a percepção e o sentido de pertencimento, de identidade e de alteridade na sua relação com os outros do tempo e no espaço, e pode possibilitar a consciência e ações de preservação do patrimônio cultural para muito além das ações institucionalizadas, o que pode ser demonstrado por formas de atuação e de participação social, de engajamento político que, sem perder de vista as transformações históricas de um tempo com interconexões diversas e de pluralidade cultural, contribuem para a institucionalização de sua realização, por meio de registros, de tombamentos ou das declarações de patrimônios que são recursos para garantir sua preservação e salvaguarda.

O desenvolvimento dessas práticas torna a identidade como algo muito próximo e inerente à cultura e ao modo de viver do grupo. O patrimônio não fica restrito às estátuas ou bustos de grandes personalidades, como assim conhecemos. Ele é avivado porque tem diversas formas de expressão, que podem ser da comunidade local, regional ou da sociedade brasileira ou de outros povos e grupos e disseminado através dos artesanatos, das maneiras de pescar, moradias, culinárias, danças, músicas, modos de falar e de vestir, rituais, festas religiosas e populares e relações sociais. Memória e patrimônio são atualizados ao longo do tempo, porque a cultura é dinâmica, assim como a economia, a sociedade e a política. Assim, o patrimônio cultural está vinculado à sociedade atual e o que o torna sujeito aos interesses e interpretações de diferentes grupos, passíveis, portanto, de transformações, de novas perspectivas e leituras em vários planos, o que torna desafiador identificar as tendências contemporâneas da trajetória cultural das tribos e grupos.

A escola é responsável pela aprendizagem, pela transmissão e pela preservação da experiência humana e da cultura. É nesse contexto que se encontra uma das perspectivas da educação patrimonial. Trabalhar o patrimônio cultural na escola é uma das formas de relacionar com o mundo cultural e, portanto, com os intercâmbios culturais em nível local, regional, nacional e globalizado. Os valores que um grupo, movimento social ou comunidade atribuem importância, passam a ser manifestos e cultuados, no sentido de se preservar e legitimar enquanto signos identitários de caráter material ou imaterial do patrimônio cultural que, em última análise, fazem com que tais saberes, fazeres e espaços possam também acontecer no currículo, nas atividades e eventos promovidos pela escola, por meio da educação patrimonial, na qual também se inicia o processo de educação histórica.

## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO HISTÓRICA NA EMMEL

O processo de iniciação na educação histórica por meio da educação patrimonial começou com a realização de atividades didáticas sobre patrimônio cultural, que trataram de aspectos relacionados às primeiras noções dos conceitos históricos de tempo e espaço, com o intuito de estimular os estudantes a perceber as diferenças de geração entre as pessoas, os objetos e os espaços, próximos ou distantes, com o uso de diferentes recursos e dinâmicas.

Neste sentido, os estudos relativos ao patrimônio cultural nas escolas têm sido feitos via educação patrimonial e o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1999, traz uma proposta bastante relevante para os educadores. O *Guia* é um programa que envolve ações educativas sobre as questões patrimoniais e traz pressupostos teóricos voltados para a salvaguarda do patrimônio cultural e algumas experiências e projetos desenvolvidos pelo IPHAN. O objetivo principal do *Guia* é despertar, no âmbito educacional, caminhos para desenvolver na escola e na comunidade, debates, atividades e eventos relacionados ao patrimônio cultural e estimular as pessoas e grupos a preservar a memória em entidades, associações, mediada ou não pelas instituições públicas de ensino e cultura federais, estaduais e municipais.

Outro material conhecido se baseia na metodologia do *Museu da Inconfidência*, publicado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, cujas atividades são divulgadas por endereço eletrônico próprio. A proposta metodológica apresentada no sítio do *Museu da Inconfidência*, que está localizado no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, tem por base aproximar a comunidade local da sua história, com a divulgação, por meio de boletins informativos, dos projetos considerados originais ou que apresentam uma prática inovadora. Mostras, oficinas, recitais, seminários e cinema cultural são oferecidos à comunidade local e a turistas, durante todo ano.

O conhecimento e o estudo desses materiais a respeito de educação patrimonial estimularam ações e iniciativas em escolas da rede pública municipal de ensino fundamental neste atual decênio, das quais serão destacadas as referências legais, documentais e experiências escolares sobre patrimônio cultural desenvolvidas pelos sujeitos escolares vinculados à instituição e, mais especificamente, às turmas de 3.º ano, a partir do ano de 2012, período em que se identificam registros sobre os eventos, as oficinas na EMMEL ou fora dela. Neste sentido, a análise dos documentos que relatam as ações pedagógicas e o cotidiano da Escola, do projeto

político-pedagógico, do perfil social, econômico e cultural do alunado e das comunidades que circundam o contexto escolar, indicam como a educação patrimonial pode se fazer presente na Escola e, sobretudo, nos anos iniciais do ensino fundamental, daí a necessidade de caracterizar um pouco mais essa instituição de ensino.

Em 2016, a EMMEL atendeu em torno de 600 alunos de várias classes sociais e oferece a modalidade de ensino fundamental (1.º, 2.º e 3.º anos), no sistema de ciclo inicial, e do 4.º ao 9.º ano, em séries, nos turnos da manhã e da tarde, e no turno da noite onde funcionam as turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no segundo segmento do ensino fundamental. A maioria dos estudantes reside em bairros próximos à Escola. A frequência escolar é boa, exceto na EJA e a taxa de evasão nos três primeiros anos do ensino fundamental foi zero, em 2015. Ao analisar os dados do último censo educacional do município de Viçosa divulgados pelo Ministério da Educação<sup>157</sup> (MEC), por intermédio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), relativo aos resultados do ano de 2013, verifica-se que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Escola foi de 5,7, em 2013, enquanto a média projetada para a EMMEL era de 5,1, neste mesmo ano.

Outro resultado de destaque dessa Escola está na proficiência das avaliações externas, no Sistema Mineiro de Avaliação da Escola Pública (SIMAVE) e no Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA), dos alunos do 3.º ano do ensino fundamental. Se for comparado com os dados do Estado de Minas Gerais e de todo município de Viçosa, 100% dos alunos apresenta nível recomendado em Língua Portuguesa. Atualmente, a escola possui 12 salas de aulas; uma sala de laboratório; uma sala de recursos multifuncionais, para atender a alunos com necessidades especiais; uma sala de supervisão; uma sala de diretoria; uma sala para professores; uma sala de secretaria; dois banheiros para professores; dois banheiros para funcionários; seis banheiros para alunos; uma cozinha; um almoxarifado; uma cantina; um pátio interno descoberto; e uma biblioteca. Uma quadra poliesportiva coberta encontra-se em fase final de construção.

A filosofia da Escola se reflete diretamente nas práticas educativas e na possibilidade de trabalho com a educação patrimonial, não por ser um espaço de convivências múltiplas e de inclusão social, mas também pelo fato de sua atual sede já ser por si só um monumento, um espaço que remete à memória e à história. Como já foi apontado a EMMEL começou a funcionar em fevereiro de 1955, mas na sua atual sede somente a partir de 10 de março de 1962. O

---

<sup>157</sup> Fonte: INEP. Disponível em: <<http://www.ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2015

edifício que abriga hoje a Escola serve como referência em educação e tem relevância para a história da cidade de Viçosa, pois foi onde funcionou a cadeia pública, desde a década de 1930. Trata-se de uma edificação em estilo eclético, que possui adornos discretos e moderados, em que prevalecem formas geométricas simples, ressaltadas pela diferença de cores. Os adornos estão pintados de branco e as paredes de amarelo, e internamente as paredes são chapiscadas, até 1,50 metros de altura, e rebocadas e pintadas na cor creme, constituindo-se nas características originais da construção.

Seguindo nesta contextualização iremos tratar de algumas características das turmas do 3.º ano do ensino fundamental, sobretudo em relação ao currículo de História. Optou-se por analisar a matriz curricular de História, por perceber a possibilidade de um trabalho voltado para a questão do patrimônio cultural, como tema transversal, e que tem como objetivos, conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles. Deve-se valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos indivíduos e povos e como um elemento de fortalecimento da democracia. Vale ressaltar que, no caderno de pluralidade cultural dos PCNs, o termo patrimônio não aparece definido conceitualmente, embora seja um dos objetivos a serem alcançados, referindo-se à cultura de grupos.

O campo de orientações pedagógicas sugere trabalhar as habilidades referentes a cada capacidade, havendo a indicação do uso frequente do livro didático, de vários gêneros textuais, e outros recursos que desenvolvam a capacidade crítica, a curiosidade e a formação de leitores e escritores. A prática docente necessária para o trabalho com os temas transversais deve ser orientada pela proposta pedagógica e pelo plano de ação da unidade escolar. O plano de ação está inserido no planejamento curricular e na proposta pedagógica que prevê a participação dos professores com o supervisor pedagógico. Esse documento norteia a organização e o acompanhamento pedagógico da escola. No plano de ação dos anos iniciais, além do projeto identidade, foi planejada e executada uma exposição de objetos culturais trazidos pelos alunos que puderam fazer comparações e definir sua significância no dia a dia. Também foram trazidos objetos que se usavam há um tempo atrás e não se usa mais. Um desses objetos foi uma máquina de datilografia.

A questão do patrimônio não é assunto tratado diretamente, sendo assim poderia até não ser lembrado. Embora a escola pesquisada tenha sido tombada pelo Patrimônio Público Muni-

cipal de Viçosa, não há referências de um trabalho contínuo, processual nesta temática. O volume do 3.º ano trabalha as transformações e as permanências na coletividade. Os conteúdos bairro e município são tratados em seus aspectos históricos, as formas de organização e estruturação das cidades e espaços do campo. O manual do professor apresenta reflexões relativas ao processo de ensino e aprendizagem, bem como contribui para a compreensão dos fundamentos teórico metodológicos que orientam a área da história e o ensino de História. Há também orientações e informações adicionais para trabalhar com a leitura de imagens e de fontes utilizadas para a escrita da história. As atividades do livro são diversificadas, abrangendo várias fontes para facilitar a compreensão do aluno, contendo textos variados e questionamentos, abrindo espaços para discussão sobre questões locais. Assim, nos primeiros anos de vida escolar, o estudo da história contribui para a formação da cidadania e leva os alunos a perceberem o mundo diverso em que vivem, respeitando direitos e deveres.

Feita esta breve contextualização da Escola e do currículo de História no 3.º ano do ensino fundamental, faremos um detalhamento das atividades ocorridas a partir de 2012, quando começam a ser realizadas e observadas as oficinas temáticas na EMMEL, como esta, intitulada *O que é patrimônio cultural: por que preservar*. A oficina foi coordenada pela professora de arte e pela professora responsável pela então única turma do 3.º ano. Elas abordaram, de maneira sucinta, como a memória coletiva é formada. Os alunos puderam fazer comparações de fotografias do município de Viçosa do passado e do presente, do ontem e do hoje. Os alunos puderam fazer as mais diversas comparações: as casas antes; hoje, prédios no local. Atualmente, temos ruas asfaltadas ou calçadas, movimentadas por carros e pessoas; no passado, ruas de terra batida, com charretes, carroças e cavalos e pessoas vestidas de modo bastante diferente de hoje. Estas comparações relacionam-se diretamente à história e geografia isto é, tempo e espaço. Depois se expressaram sobre as brincadeiras ensinadas e aprendidas com os adultos tanto no espaço escolar, quanto fora dele.

A oficina trabalhada na Escola levou a compreensão de que um dos temas recorrentes no âmbito da educação patrimonial está relacionado com a diversidade cultural dos povos que marca(ra)m a formação social brasileira e isto está refletido no patrimônio cultural expresso e presente no município de Viçosa e manifesto pelos alunos. Os recursos didáticos utilizados também possibilitaram o reconhecimento da variedade de ações educativas e de estratégias que podem ser realizadas para a vivência do patrimônio cultural local, regional e nacional.

Essa atividade pedagógica se coaduna com a proposta apresentada nos PCNs que valoriza o ensino escolar direcionado para a pluralidade cultural brasileira, notadamente dos afrodescendentes, das classes populares menos favorecidas e dos grupos indígenas; uma educação das relações étnico-raciais, que preconiza as trocas de conhecimentos e aprendizagens entre brancos e negros e voltada para a tolerância, dignidade e alteridade, considerando não apenas as resistências e lutas de grupos formadores da sociedade brasileira, como também o encontro, o contato, a troca e as interações destes sujeitos coletivos. Dessa maneira, os PCNs enfatizam a importância da inserção no currículo escolar da temática diversidade cultural e dos aspectos relativos às raças, grupos sociais e a inclusão daqueles que há bem pouco tempo não tinham nem direito a uma escola de ensino regular, nem a um conjunto de direitos civis, sociais e políticos de outros brasileiros.

Conhecer e estudar as memórias daqueles que até então não tiveram direito à história, a partir da perspectiva psicossocial, significa falar sobre o tempo vivido, contado pela cultura de um determinado grupo que o vive de diferentes formas, assim como cada pessoa que faz parte dele. Para preservar as memórias desse grupo, é preciso compreender sua existência e sua própria sobrevivência, a partir do estudo dos seus costumes e das tradições e ritos criados.

Os professores dos anos iniciais do ensino fundamental se utilizam de muitas estratégias para tratar do trabalho de conhecimento dos costumes e das tradições sociais e culturais que envolvem a comunidade que circunda a Escola, o que pode contribuir para que os alunos entendam como esses saberes permanecem válidos e acessíveis às novas gerações ou como foram sendo modificados por elas. As lembranças e as experiências das pessoas mais velhas, próximas ou distantes, expressas em seus trabalhos, em suas histórias e em seus saberes nos auxiliam a entender como elas permanecem influenciando o pensamento e o cotidiano dos grupos ou das comunidades contribuindo para o seu entendimento do que é comum no passado e no presente. A conversa permite a troca de saberes e as lembranças geradas podem produzir um efeito de preservação e conservação das memórias.

Os encontros e as rodas de conversa com os alunos, os pais e os cidadãos da comunidade, visando à escuta em diferentes versões e seus saberes, é uma forma de transcender as lembranças pessoais e fazer com que a memória se apresente e gere o presente e o futuro. Durante a participação de um pai na roda de conversa, que ele falava das brincadeiras do seu tempo de criança e das brincadeiras do recreio quando era estudante da EMMEL, percebemos nos olhos atentos dos alunos a importância dessas trocas compartilhadas para preservação das memórias. Os encontros desse grupo foram mais que um conjunto de oportunidades de troca de saberes e



nas rodas de conversa buscam-se essas lembranças, quando os alunos falam do brinquedo preferido, das brincadeiras e até mesmo das comidas que eles gostam.

O relato desses encontros criam possibilidades de aparecimento dessa nova concepção de patrimônio cultural, que surge a partir dessa relação da escola, representada pelos gestores e professores, com os alunos, as famílias e a comunidade, na qual as memórias e as experiências têm um papel importante na geração de conhecimento, sobretudo para os mais jovens, desse modo, a coletividade não seria mais exclusivamente consumidora de patrimônio cultural, mas também produtora.

Essa perspectiva é corroborada por Horta (1999), quando afirma que a educação patrimonial tem o interesse em contribuir para a ampliação de uma nova visão do patrimônio cultural brasileiro, como fonte de conhecimento e aprendizado a ser utilizada e explorada na educação. O termo é, para a autora, instrumento de motivação para a prática da cidadania e para o estabelecimento de um diálogo entre as gerações pela mediação dos bens culturais, por meio da experiência, da compreensão e conscientização. As crianças seriam levadas a um processo de conhecimento e apropriação da herança cultural produzida socialmente e historicamente, com uma tendência a incorporar e acreditar nos saberes e valores que essa complexa rede de relações agrega.

No que concerne à ação pedagógica desse conjunto de atividades verifica-se que a mesma constituiu-se num processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da educação patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Outra atividade realizada no período que contempla essa ênfase na tradição e ao mesmo tempo afirma o patrimônio vivo é a que trata do universo musical, do estudo das cantigas populares, das danças e dos costumes da comunidade atendida. Neste sentido, a festa junina promovida pela Escola busca trabalhar músicas e danças que preservam seu sentido tradicional, que é a comemoração pelo final da colheita. As canções e danças trazem para o presente o que muitos pais e avós festejavam no passado. Outra memória deste patrimônio vivo é o Hino da

Escola, pensávamos esquecido por todos, no entanto, professores e pais que foram alunos trouxeram à tona, coletivizando com a comunidade escolar. O que interessa é o sentido de preservar aquilo que se faz presente na história e que renova a motivação dos sujeitos. Cabe aos professores, aos alunos, aos demais segmentos da comunidade escolar e aos cidadãos conscientes valorizar a manutenção da memória e reconhecer a importância desse patrimônio nas práticas escolares e comunitárias, por meio dos cânticos e outras práticas que repercutem no meio social.

Ainda durante o ano de 2012 outros eventos deram continuidade a essas atividades, dessa vez atingindo todos os alunos do ensino fundamental, como quando aconteceu a primeira *Gincana da Cultura Popular*, sob a coordenação de uma professora de Geografia e dos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) dos Cursos de Licenciatura em Geografia e História da UFV, com a participação de todos os professores e alunos dos turnos matinal e vespertino. A iniciativa foi tão bem sucedida que a cada ano tem sido aprimorada, já fazendo parte do calendário de projetos e eventos anuais da Escola. A *Gincana da Cultura Popular* tem como objetivo principal proporcionar aos alunos e demais segmentos da comunidade escolar a vivência de atividades e conhecimentos acerca do patrimônio histórico e cultural brasileiro e suas relações com o mundo. As atividades são as mais variadas como cantigas, contação de histórias e lendas, adivinhações, trava-línguas e outros elementos que compõem os bens culturais materiais e imateriais.

O ensino sobre a história local, enquanto objeto de estudo central no conteúdo do 3.º ano do ensino fundamental, também deve partir das indagações feitas sobre a realidade imediata. Os alunos, de forma crítica, usufruem desse espaço e ao mesmo tempo se manifestam, produzindo os bens necessários à sobrevivência da história, e percebendo, à sua maneira, que não devem silenciar. (PINHEIRO *et al.*, 2012). Nesta abordagem, foi desenvolvida uma oficina com a temática *A cidade que temos e a cidade que queremos*, e constatou-se a capacidade que os alunos têm de se posicionarem de maneira crítica diante da realidade que vivem e relacioná-la com os problemas nacionais e mundiais. Os alunos discutiram sobre o município e compararam-no com o país e o mundo. Fizeram cartazes. A discussão sobre o município provoca nos alunos sensação de que, como moradores, percebem os problemas, de acordo com a vivência de cada um, e apresentaram as mudanças para se ter uma cidade melhor, sobretudo no que se refere à questão do “muito lixo, muito ladrão, ônibus lotado”, a “violência com as crianças, com as mulheres” na *cidade que temos*; e “Viçosa sem violência, sem roubo”, na *cidade que*

*queremos*, conforme consta nos respectivos cartazes. Atividade com essa problemática é importante de ser trabalhada, pois dão importantes indicadores do que pensam as crianças e os jovens, o que estão aprendendo, em termos de modos de ser, de saber, de fazer e de viver em comunidade, como eles se apropriam desses conhecimentos e qual é o significado desse aprendizado.

Em 2015, as turmas do 3.º ano desenvolveram uma unidade de estudo com o objetivo de trabalhar o patrimônio cultural do município de Viçosa. Foram realizadas ações educativas como discussões, dinâmicas, oficinas e visitas guiadas aos bens tombados. Os alunos produziram redações, desenhos, poesias, cartazes, faixas, painéis e maquetes relacionados ao patrimônio cultural de Viçosa. Os trabalhos foram expostos para visita e apreciação da comunidade no dia 3 de dezembro desse mesmo ano. A EMMEL tem buscado nesse trabalho, incentivar o aluno a ser produtor de sua cultura e uma destas experiências ocorreu na Estação Cultural Hervê Cordovil, compositor nativo da cidade, que ganhou projeção na cultura nacional. O edifício, antiga estação ferroviária central, é um patrimônio tombado pelo município e se localiza na região central de Viçosa.

O local serviu para realizar várias oficinas culturais, sendo desenvolvidas aulas de dança, capoeira, de instrumentos de corda, etc. Num primeiro momento os alunos eram meros participantes, mas à medida que o tempo foi passando o reconhecimento das atividades foram sendo incorporadas nos sentidos e nas significações que pais, alunos, docentes e comunidade lhes atribuem. Nesse espaço utilizado pelas turmas do 3.º ano da EMMEL, houve uma relação de sentido com os bens materiais e imateriais que a comunidade escolar reconhece e valoriza. Contudo, sabemos que essas relações podem ser transformadas em virtude de interesses culturais, políticos e sociais. O patrimônio cultural pode se modificar de acordo com a importância que os atores sociais dão a ele, por isso ele não é constante.

Há um grupo de estudiosos que valorizam somente os patrimônios ditos de pedra e cal, entretanto, no entanto, neste artigo, a valorização relaciona-se à convivência nos lugares, ao desenvolvimento de ações ligadas aos bens materiais ou imateriais. O patrimônio só é vivenciado e incorporado à determinada comunidade ou grupo quando há um elo afetivo com as referências que definem os lugares, os saberes e os fazeres. Os alunos apontaram diversos lugares de referência cultural, como esta Estação Cultural, desde que não seja reduzida a um monumento histórico, e sim a um espaço onde acontecem múltiplas atividades artísticas e culturais que eles frequentam e, portanto, constroem elos e laços afetivos, definindo aquele lugar não como um edifício frio de pedra e cal, mas um espaço de prazer, de satisfação e de pertencimento.

O mesmo vale para outros espaços de utilização mais frequente, como praças, como a Silvano Brandão, as igrejas católicas, dentre outras localidades.

Segundo Bittencourt (2009: 171), “cada lugar tem suas especificidades e precisa ser entendido por meio dos elementos que a compõem e suas funções”. Isto posto percebemos a importância de se trabalhar, nos anos iniciais do ensino fundamental, o conceito de espaço socialmente construído. O lugar não se restringe ao espaço físico, mas nas relações que se dão estando nele.

As saídas dos alunos da Escola também se constituem num recurso pedagógico importante para iniciar o estudo do meio, porque favorecem momentos significativos de aprendizagem e o desenvolvimento de atividades interdisciplinares nas áreas de História, Geografia, Língua Portuguesa e Artes. Neste sentido, o *Tour Patrimonial* é, por excelência, uma iniciativa pedagógica desta natureza. Esse *tour* consiste numa excursão de trenzinho aos principais pontos de referência cultural do município. Essa passeio oportunizou aos alunos vivenciar uma situação de aprendizagem sobre o meio acerca do patrimônio material, os aspectos físicos e geográficos da parte central do município de Viçosa e serviu para aguçar o debate na roda de conversa sobre os problemas do lixo, das áreas de risco onde as pessoas vivem nos morros e os vários tipos de moradia construídas ao longo do tempo. Posteriormente os alunos fizeram entrevistas, leram textos e desenharam, com base nos conhecimentos vivenciados e apreendidos.

Assim o estudo do meio é um importante componente dos Eixos Temáticos do 3.º ano, previsto na matriz curricular de história, ponto de partida para o desenvolvimento do trabalho da educação patrimonial de forma vivenciada e investigativa.

## **CONSIDERAÇÃO FINAL**

Para trazer à discussão a respeito da educação patrimonial, suas contribuições, seus limites e suas possibilidades no processo educacional, foi inicialmente realizada uma apresentação mais conceitual sobre patrimônio cultural e o seu caráter polissêmico atual, sobre identidade e memória e a pertinência do uso destas categorias teóricas e suas imbricações com as referências legais, documentais e as experiências em patrimônio cultural na Escola investigada e com as percepções expressas pelos sujeitos envolvidos no processo pedagógico de ensinar e aprender, quando participaram das aulas, oficinas, dinâmicas e relataram seu encontro com o outro, com o seu próximo e, ao mesmo tempo, com o outro que viveu em tempos e espaços pretéritos.

Também procurou-se contextualizar vários aspectos da instituição de ensino investigada, a partir de uma análise documental, que possibilitou a aproximação dos significados que sustentam os conceitos de educação patrimonial e seus desdobramentos. Os documentos orientadores deste trabalho, como os PCNs, os elaborados pela EMMEL, como a proposta pedagógica, o plano de ação pedagógica e o calendário escolar, foram analisados em partes alusivas à cultura, ao patrimônio e à educação patrimonial.

Foi muito importante ainda abordar a concepção de educação patrimonial com os professores e compreender como eles estabelecem as relações entre patrimônio cultural, planejamento, livro didático e processo ensino-aprendizagem. Para isso, foram feitas entrevistas com os cinco professores do 3.º ano dos anos iniciais do ensino fundamental e com a equipe gestora, composta pela diretora, duas vice-diretoras e pela supervisora pedagógica, que também é uma das autoras deste trabalho.

O acompanhamento sistemático no convívio cotidiano da escola e as entrevistas semiestruturadas realizadas com os professores do 3.º ano e gestores contribuíram para perceber as possibilidades de desenvolver e acompanhar atividades com recursos didáticos variados, baseados nas experiências vivenciadas por alunos e professores em relação ao patrimônio cultural. Também permitiu identificar os limites e entraves para realizar ações e desenvolver os projetos de educação patrimonial, em virtude de diferentes razões sociais, políticas e escolares.

Ao longo da investigação verificamos que o eixo temático educação patrimonial foi abordado por meio de diversas ações educativas formais e não formais que, por sua vez, estão referenciadas em práticas que envolvem processos de construção coletiva, isto é, da comunidade escolar, através do diálogo com estudantes, professores, pais e demais segmentos da comunidade, participantes das festas e eventos culturais, onde circulam variadas noções de patrimônio cultural e de categorias conceituais importantes para a educação histórica.

A pesquisa proporcionou a possibilidade de trabalhar as manifestações culturais de forma sistemática e incentivar a elaboração de um inventário cultural municipal, para que a comunidade tenha acesso ao conhecimento socialmente produzido, em termos de manifestações e valores culturais locais, por meio de um guia de ensino. Embora reconheçamos a relevância desse saber sistematizado para difusão da educação patrimonial, esse manual ou guia deve ser utilizado como ponto de partida para envolver a comunidade, para que a mesma identifique os valores e os espaços construídos, as formas de uso do patrimônio cultural que qualifica, debata o planejamento e motive as pessoas para resignificar esse sentimento de pertencimento, de participe do processo na instituição escolar.

Se esse ideário de interação social, comunitária e pessoal é menos exequível, a pesquisa deu visibilidade e inserção à educação patrimonial no âmbito escolar e valorização e importância dos saberes dos alunos e professores como elementos fundamentais para construção de novos saberes educativos patrimoniais numa perspectiva transformadora.

Também foram identificadas algumas dificuldades no decorrer do processo de acompanhamento da execução das atividades relacionadas com a educação patrimonial. A primeira limitação, de caráter mais macro, remete à própria estrutura e organização do sistema de ensino público, que não dá condições satisfatórias para o desenvolvimento pleno de uma educação socialmente referenciada.

Uma dificuldade está relacionada ao desconhecimento, de boa parte da comunidade escolar, sobre a temática de patrimônio cultural, cuja valorização e reconhecimento estão ainda numa fase inicial, sendo que, para alguns professores, este tema transversal no processo educativo formal ainda está relacionado somente aos bens edificados e aos lugares que representam as memórias, ou seja, que tenham maior visibilidade histórica e social, havendo o desconhecimento, portanto, do conceito de patrimônio imaterial. Outra dificuldade diz respeito à formação dos professores com relação aos conhecimentos da cultura local para aplicação de conteúdos e métodos em sala de aula, ou mesmo de agregar conhecimentos locais aos assuntos mais amplos tratados no livro didático.

Uma alternativa para minimizar estas dificuldades nos municípios pode ser viabilizada por meio de cursos de extensão ou aperfeiçoamento, oficinas ou seminários, a organização de mostras temáticas fixas ou itinerantes, que pudessem contemplar a escola e a comunidade, enfim, ações que esclareçam e discutam patrimônio cultural e os conceitos a ela relacionados, sobretudo através da formação continuada do corpo docente do município. É necessário ressaltar que uma das preocupações centrais para a difusão dessa ação pedagógica relacionada à educação patrimonial envolve a formação continuada do professor e passa pela maior discussão e aprofundamento do conceito de patrimônio cultural, identidade e memória, bem como das possibilidades de seu uso nas escolas.

Que os desafios, as possibilidades, os limites e incertezas narrados durante esse estudo tenha suscitado o desejo a outros pesquisadores de lançarem um olhar mais atento à prática educativa no cotidiano escolar, seja por meio de grupos de pesquisa ou outras atividades afins que propiciem a ampliação de conhecimentos junto aos docentes, alunos e comunidade.

**BIBLIOGRAFIA**

BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei no 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em 29 maio de 2015.

BRASIL. *Patrimônio imaterial: disposições constitucionais; normas correlatas; bens imateriais registrados*. Organização: Flávia Lima e Alves. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 84 p. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496320/000934175.pdf?sequence=1>>. Acesso em 21 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: história*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, v. 23, p. 94-115, 1994.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009. Disponível em: <<http://www.museudamusicaitu.com.br/artigos>>. Acesso em: 21 out. 2015.

CRUZ, Tancredo Almada (Coord.). *Revista Retrato Social de Viçosa V*. Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Viçosa, MG: Census, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.

HARTOG, François. Tempo e história: como escrever a história da França hoje? *História Social*, Campinas, n. 3, p. 127-154, 1996.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

MORESI, Eduardo (org). *Metodologia da Pesquisa*. Brasília. Distrito Federal: Universidade Católica de Brasília, 2013.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Viçosa – Mudanças socioculturais; evolução e tendências*. Viçosa, UFV, Imprensa Universitário, 1990.

RANGEL, José Mário da Silva. Blog: *O passado compassado de Viçosa*. 2007. Disponível em: <<http://opassadocompassadodevicosa.blogspot.com/>>. Acesso em: 12 de agosto de 2014.